

O governo do menos ruim

Ricardo Noblat

ASSIM como as conseqüências sempre vêm depois, as decisões só devem ser anunciadas quando, efetivamente, tiverem sido decididas. O espírito do conselheiro Acácio baixou no presidente José Sarney no final da tarde da última quinta-feira, pouco depois da solenidade de desembalagem do pacote agrícola. Sarney convocou ao seu gabinete o ministro Marco Maciel e determinou a certa altura de um despacho informal: o governo de agora por diante, só divulgará atos depois que eles estiverem definitivamente prontos.

A rendição presidencial aos primados acacianos tem a ver com o agrícola e com todos os demais pacotes confeccionados durante sua administração. Por ocasião da reforma monetária do cruzado, a 28 de fevereiro passado, a pressa que aniquila o verso e qualquer iniciativa foi responsável por falhas de fundo, e de forma que até hoje não foram corrigidas — nem mesmo com a republicação do decreto original. Sarney mal teve tempo de examinar algumas das dobras do pacote dos compulsórios batizado de "cruzado II".

A vocação do governo para aviar hoje a receita que nem mesmo amanhã poderia ser despachada, confirmou-se, uma vez mais, na semana passada. O presidente foi obrigado a assinar em branco decretos que só depois ganhariam redação sujeita a mudanças de última hora. Não teve tempo, sequer, de compor, inteiramente, o discurso que fez apresentando o pacote agrícola: leu uma parte que escrevera e improvisou o resto, no ritmo de acertos que momentos antes foram selados entre seus auxiliares.

Sarney acordara na quinta-feira às 5h da manhã para se dedicar à leitura do material servido por seus ministros da área econômica. Reuniu-se a partir das sete e meia com o ministro Marco Maciel, que encerrara seu expediente no Palácio do Planalto às 2h da madrugada, fora dormir às 3h e acordara às 6h com a notícia de que a caderneta de poupança rural, que no início da noite anterior parecia uma idéia morta, ressuscitara por obra e graça das discussões dos técnicos do Planejamento e da Fazenda.

Quando o presidente da República deixou o Palácio do Planalto pouco antes das 21h, técnicos do ministério do Planejamento e do Banco Central estavam reunidos em uma sala do Gabinete Civil discutindo detalhes e mudanças em decretos que só hoje ou amanhã serão publicados no Diário Oficial. Faltou tempo para os decretos saírem na edição do Diário Oficial da sexta-feira. Faltou, principalmente, entendimento entre os auxiliares do presidente — cada um barganhando mais um naco de poder.

A equipe escalada pelo presidente Tancredo Neves e herdada pelo presidente Sarney foi alvejada, na época, pela acusação de não exibir a unidade e a competência indispensáveis para tocar o projeto difuso a que se convencionou chamar de Nova República. Unidade não há e competência é um artigo tão escasso quanto a carne na equipe selecionada pelo presidente Sarney para ajudá-lo a governar depois da reforma ministerial de 15 de fevereiro passado.

Se cotejada a performance de alguns dos ministros dispensados há 6 meses com os seus substitutos desde então, parecerá consistente o sentimento de que o Ministério de Tancredo foi, no mínimo, menos ruim do que vem sendo o Ministério de Sarney. Atraído para coordenar uma administração que resiste a ser administrada, Marco Maciel foi um ministro da Educação mais eficiente do que vem sendo chefe do Gabinete Civil, limitado pelo deslocamento do centro do poder para a área econômica.

O cargo que Maciel deixou vago na Educação não foi inteiramente preenchido pelo senador Jorge Bornhausen. De liberalizante e criativo no período do deputado Fernando Lyra, o ministério da Justiça refluíu para a condição de xerife da República. Brilha na elegância dos ternos bem cortados e na retórica incontida do ex-senador Paulo Brossard. Perdeu o ministério da Indústria e do Comércio com a saída de Roberto Gusmão, o único membro do governo que se propôs a enfrentar as mazelas do próprio governo.

Não houve ganho nem perda com a troca de Nelson Ribeiro por Dante de Oliveira no ministério da Reforma Agrária, simplesmente porque a reforma não andou e não emite sinais de que andar. O senador Pedro Simon e o ex-governador Íris Resende disputam o campeonato que decidirá qual dos dois deixará menos saudades como ministro da Agricultura. Resende está na frente — quando nada porque Simon saiu de cena desde fevereiro. Do ministro Abreu Sodré, que dê testemunho o próprio presidente.

A reforma do cruzado que poupara até agora o Ministério Sarney de uma avaliação crítica joga luz sobre o seu desempenho justamente no momento em que parece próxima do seu esgotamento. Os mais íntimos do presidente começam a admitir, a menos de 100 dias das eleições de 15 de novembro, que a reforma já rendeu o que poderia ter rendido — a hora e a vez seriam para o governo promover os investimentos que a iniciativa privada se recusa a bancar. Para isso, o presidente precisaria contar com uma equipe de auxiliares competentes e afinados que por enquanto não tem.